

Editorial: Depois da Convenção do Bloco

Concluída a 12ª Convenção do Bloco, ficam algumas conclusões e muitas tarefas.

Primeira conclusão, a regra da democracia do Bloco não é comparável à de nenhum outro partido. É certo que, como seria de esperar, várias das correntes minoritárias protestam contra a democracia interna, na medida em que não convenceram a maioria dos militantes, o que atribuem a limites que não existem: todas as posições foram divulgadas em condições de igualdade, todas as assembleias incluíram todas as moções, a Convenção permitiu a quem chegou com 3% tivesse o mesmo espaço de apresentação da moção que quem tem 70%. Em segundo lugar, alguns dos temas do debate preparatório desapareceram: ninguém repetiu que devíamos ter votado contra o confinamento desde o momento em que só havia 100 mortos; o propagandeado “movimento” em torno da TAP e da Efacec, que foi anunciado como tendo levantado o protesto popular e seria definidor de uma nova era na esquerda, com reunião a intimar a CGTP, desvaneceu-se do dia para a noite; a proposta de cortar pensões e usar o salário mínimo como referência para o layoff, sugerida pela Convergência logo em março de 2020, também se escondeu. Sobrou um debate acerca das “linhas vermelhas” para o Orçamento, em que os blocólogos tiveram dificuldade em encontrar divergências acerca da lei laboral, do SNS ou de outras matérias, pois não existem. E ficou outro debate, porventura mais revelador, sobre os estatutos, com a enésima reencarnação da proposta derrotada de transformar o Bloco num partido federalizado, em que cada organização distrital decide autonomamente as candidaturas parlamentares ou se faz ou não coligações autárquicas, para dar corpo a caciquismo. Tudo o que se poderia esperar e não é novidade.

Reforçado por uma posição coerente na disputa com o governo acerca das escolhas para a política salarial, para o combate à desigualdade e pobreza ou para as escolhas estratégicas na transição energética, ambiental e social na década, o Bloco enfrenta a extorsão financeira, as rendas da energia, os escândalos fiscais e

as falhas sistémicas no investimento e política de emprego. Não recuamos na alteração da lei laboral. Não transigimos na consolidação do SNS público e universal, como carreiras em exclusividade. Não abdicamos de medidas urgentes no clima, transportes, sistema alimentar e energia. Não desprotegemos os migrantes nem aceitamos discriminações. Não secundarizamos a luta feminista. O Bloco é o fiel a si próprio, como a Convenção o demonstrou.